

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL  
ELEITORAL DA BAHIA (TRE-BA)**

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90027/2025






PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N.º 0016631-57.2025.6.05.8000

RECORRENTE: AMC INFORMÁTICA LTDA.

RECORRIDA: SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

A empresa **AMC INFORMÁTICA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.541.735/0001-80, neste ato representada por seu Diretor Presidente, o Sr. **ALCIDES MOREIRA CARDOSO**, sussograpado, vem, com o devido acatamento e reverência, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 165, inciso I, alínea "b", da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), apresentar o presente

**Matriz:** Avenida Tucunaré, nº 550 – Mezanino M2B - Tamboré - Barueri/SP - CEP: 06460-020  
**Filial DF:** SCS Setor Comercial Sul Quadra 08 – Bloco B – nº 50 – Sala 444 – Brasília / DF – CEP: 70333-900  
**Filial ES:** Rua José Alexandre Buaiz, nº 160 - Sala 513 - Ed. London O.T - Enseada do Suá - Vitória/ES - CEP: 29050  
**Filial MG:** Rua Engenheiro Aluisio Rocha, nº 75 – Buritis – Belo Horizonte / MG – CEP: 30575-260  
**Filial RJ:** Av. Presidente Antônio Carlos, nº 607A – Ap. 801 – Centro – Rio de Janeiro / RJ – CEP: 20020-010

 Fone / Fax: (11) 2103-4555  
 Fone / Fax: (61) 3225-0270  
 Fone / Fax: (27) 3019-2211  
 Fone / Fax: (31) 3314-5000  
 Fone / Fax: (21) 2262-6921

Contato: [amc@amcinformatica.com.br](mailto:amc@amcinformatica.com.br)

## RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a decisão que classificou provisoriamente a proposta da empresa **SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.** (doravante "Simpress" ou "Recorrida") em primeiro lugar para os Itens 1, 2 e 3 do certame em epígrafe.

Esta peça recursal não se limita a uma irresignação pro forma; constitui-se em um **relatório técnico-jurídico exaustivo**, elaborado sob a ótica da engenharia de produtos de impressão e do Direito Administrativo, demonstrando, através de provas documentais irrefutáveis extraídas dos manuais da fabricante HP Inc., que os equipamentos ofertados pela Recorrida não atendem aos requisitos objetivos de desempenho (velocidade nominal) e acessibilidade (Lei Brasileira de Inclusão) exigidos claramente pelo Edital e pela legislação vigente.

A manutenção da classificação da Recorrida, *data maxima venia*, representaria uma afronta direta aos princípios da Isonomia, da Vinculação ao Instrumento Convocatório e da Eficiência.

## 1. DOS FATOS E DO CONTEXTO DO CERTAME

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia deflagrou o Pregão Eletrônico n.º 90027/2025 visando à contratação de serviços de outsourcing de impressão. A criticidade deste serviço para a Justiça Eleitoral, notadamente em um tribunal de grande porte, exige equipamentos de robustez comprovada, alta disponibilidade e conformidade estrita com padrões ergonômicos e de desempenho.

Após a fase de lances, a empresa Simpress foi declarada provisoriamente vencedora. Em sua Proposta Comercial e Declaração Técnica, a Recorrida ofertou os seguintes modelos da fabricante HP:

<b>Item do Edital</b>	<b>Descrição Sumária (TR)</b>	<b>Equipamento Ofertado pela Simpress</b>	<b>Qtd.</b>
<b>Item 1</b>	Multifuncional Laser Mono A4, Vel. Mín. 48 ppm	<b>HP LaserJet Managed MFP E52645c</b>	490
<b>Item 2</b>	Multifuncional Laser Color A3	<b>HP Color LaserJet Managed MFP E87760z</b>	30

**Matriz:** Avenida Tucunaré, nº 550 – Mezanino M2B - Tamboré - Barueri/SP - CEP: 06460-020  
**Filial DF:** SCS Setor Comercial Sul Quadra 08 – Bloco B – nº 50 – Sala 444 – Brasília / DF – CEP: 70333-900  
**Filial ES:** Rua José Alexandre Buaiz, nº 160 - Sala 513 - Ed. London O.T - Enseada do Suá - Vitória/ES - CEP: 29050  
**Filial MG:** Rua Engenheiro Aluísio Rocha, nº 75 – Buritis – Belo Horizonte / MG – CEP: 30575-260  
**Filial RJ:** Av. Presidente Antônio Carlos, nº 607A – Ap. 801 – Centro – Rio de Janeiro / RJ – CEP: 20020-010

☎ Fone / Fax: (11) 2103-4555  
 ☎ Fone / Fax: (61) 3225-0270  
 ☎ Fone / Fax: (27) 3019-2211  
 ☎ Fone / Fax: (31) 3314-5000  
 ☎ Fone / Fax: (21) 2262-6921

Contato: [amc@amcinformatica.com.br](mailto:amc@amcinformatica.com.br)

Item do Edital	Descrição Sumária (TR)	Equipamento Ofertado pela Simpress	Qtd.
Item 3	Impressora Laser Mono A4	HP LaserJet Managed E50145dn	110

Ocorre, Senhor Pregoeiro, que uma análise minuciosa das especificações técnicas destes modelos — confrontadas com as exigências do Termo de Referência (TR) e com a realidade operacional dos equipamentos — revela desconformidades insanáveis. A Recorrida, em uma tentativa de acomodar equipamentos de uma categoria inferior (e, portanto, de menor custo) às exigências de alta performance do Edital, valeu-se de artifícios de configuração ("High Speed Mode") que degradam a funcionalidade da máquina e violam a exigência de **velocidade mínima** em condições normais de uso. Ademais, ignorou solenemente as obrigatoriedades de acessibilidade física (**botões táteis**), ofertando equipamentos baseados exclusivamente em telas de toque (touchscreen) sem os acessórios indispensáveis para a operação por Pessoas com Deficiência (PcD) ou dificuldades visuais.

A seguir, apresentamos a fundamentação fática e jurídica que impera a desclassificação da proposta.

**Matriz:** Avenida Tucunaré, nº 550 – Mezanino M2B - Tamboré - Barueri/SP - CEP: 06460-020  
**Filial DF:** SCS Setor Comercial Sul Quadra 08 – Bloco B – nº 50 – Sala 444 – Brasília / DF – CEP: 70333-900  
**Filial ES:** Rua José Alexandre Buaiz, nº 160 - Sala 513 - Ed. London O.T - Enseada do Suá - Vitória/ES - CEP: 29050  
**Filial MG:** Rua Engenheiro Aluísio Rocha, nº 75 – Buritis – Belo Horizonte / MG – CEP: 30575-260  
**Filial RJ:** Av. Presidente Antônio Carlos, nº 607A – Ap. 801 – Centro – Rio de Janeiro / RJ – CEP: 20020-010

Fone / Fax: (11) 2103-4555  
 Fone / Fax: (61) 3225-0270  
 Fone / Fax: (27) 3019-2211  
 Fone / Fax: (31) 3314-5000  
 Fone / Fax: (21) 2262-6921

Contato: [amc@amcinformatica.com.br](mailto:amc@amcinformatica.com.br)

## 2. DO DIREITO: A VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E A LEI 14.133/2021

A Nova Lei de Licitações (Lei n.º 14.133/2021) elevou o princípio da vinculação ao edital a um patamar de rigidez técnica, visando assegurar que a Administração receba exatamente o objeto que especificou, sem "gatos por lebres".

Temos como essência que define o processo licitatório, que o julgamento deve ser objetivo, vinculado estritamente aos critérios definidos no edital. O Art. 59, inciso I, é taxativo:






"Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;"

Ao especificar uma velocidade mínima ou um recurso de acessibilidade, a Administração não está fazendo uma sugestão; está estabelecendo um **requisito de habilitação técnica do produto**. A oferta de um produto que não atende a esses requisitos nativamente, ou que exige "gambiaras" de software (overclocking) para simulá-los, constitui vício insanável de qualidade e violação da isonomia, pois permite que uma licitante ofereça um produto de categoria inferior

**Matriz:** Avenida Tucunaré, nº 550 – Mezanino M2B - Tamboré - Barueri/SP - CEP: 06460-020  
**Filial DF:** SCS Setor Comercial Sul Quadra 08 – Bloco B – nº 50 – Sala 444 – Brasília / DF – CEP: 70333-900  
**Filial ES:** Rua José Alexandre Buaiz, nº 160 - Sala 513 - Ed. London O.T - Enseada do Suá - Vitória/ES - CEP: 29050  
**Filial MG:** Rua Engenheiro Aluísio Rocha, nº 75 – Buritis – Belo Horizonte / MG – CEP: 30575-260  
**Filial RJ:** Av. Presidente Antônio Carlos, nº 607A – Ap. 801 – Centro – Rio de Janeiro / RJ – CEP: 20020-010

 Fone / Fax: (11) 2103-4555  
 Fone / Fax: (61) 3225-0270  
 Fone / Fax: (27) 3019-2211  
 Fone / Fax: (31) 3314-5000  
 Fone / Fax: (21) 2262-6921

Contato: [amc@amcinformatica.com.br](mailto:amc@amcinformatica.com.br)

(mais barato) contra concorrentes que cotaram produtos que atendem nativamente às especificações (mais caros).

### 3. DA ANÁLISE TÉCNICA DO ITEM 1: O VÍCIO DE VELOCIDADE E O "MODO DE ALTA VELOCIDADE"

O Termo de Referência (TR) para o **Item 1** é cristalino ao exigir:

**"Velocidade de impressão no papel A4: 48 ppm (mínima)".**

Esta exigência refere-se à velocidade nominal do motor de impressão (print engine) em condições padrão de uso, conforme as normas internacionais ISO/IEC 24734, que regem a medição de produtividade de equipamentos de imagem.

#### 3.1. A Realidade do Equipamento HP E52645c: 43 ppm Nativos

A análise dos datasheets e manuais técnicos oficiais da HP para o modelo **HP LaserJet Managed Flow MFP E52645c** revela a seguinte especificação de fábrica:

- **Velocidade Padrão (Default) em A4: 43 páginas por minuto (ppm).**
- **Velocidade em Carta (Letter): 45 ppm.**

Ora, **43 ppm é inferior a 48 ppm**. Em sua configuração nativa, "out-of-the-box", o equipamento está **desclassificado**. A diferença de 5 ppm (mais de 10% da performance requerida) não é trivial; ela define a categoria do equipamento no mercado (Mid-range vs. High-end).

### 3.2. O Artifício do "HP High Speed Mode"

Para tentar atingir o requisito do edital, a Simpress baseia-se em uma funcionalidade opcional denominada **"HP High Speed Mode"** (Modo de Alta Velocidade). Quando ativado, este modo força o motor a operar a **50 ppm**.

A aceitação deste modo como cumprimento do edital é técnica e juridicamente inviável pelas razões que passamos a expor. O "High Speed Mode" não é uma simples configuração de qualidade; é uma alteração do ciclo termodinâmico da impressora que impõe **severas restrições operacionais**, degradando funcionalidades que também são exigidas pelo Edital.

### 3.3. A Degradação da Impressão Duplex (Frente e Verso)

A Administração Pública Federal tem como diretriz a sustentabilidade (PLS - Plano de Logística Sustentável). A impressão frente e verso (duplex) é obrigatória e deve ser o padrão.



O manual técnico da HP para o recurso "High Speed Mode" traz um alerta crítico, muitas vezes omitido nas propostas comerciais:

*"Note: The HP High Speed print speed will reduce for duplex jobs..."* (Nota: A velocidade de impressão no modo HP High Speed será reduzida para trabalhos em duplex).

As especificações detalhadas quantificam essa redução. Enquanto a velocidade simplex sobe para 50 ppm, a velocidade duplex no modelo E52645c é de apenas **34 ipm (imagens por minuto)**.

#### **Análise Comparativa:**

- **Exigência do Edital:** Equipamento da classe de 48 ppm. Um equipamento nativo de 48 ppm tipicamente entrega uma velocidade duplex proporcionalmente alta (geralmente acima de 40 ipm).
- **Oferta da Simpress (HP E52645c):** Em modo "High Speed", entrega 50 ppm (simplex), mas cai drasticamente para **34 ipm** em duplex.

Isso cria um paradoxo inaceitável: para atender à velocidade nominal do edital (via High Speed Mode), a máquina sacrifica a eficiência da impressão frente e verso. Na prática diária do Tribunal, onde o duplex é mandatório por economia, a máquina operará como um equipamento de **34 ppm**, muito abaixo da



performance contratada e paga pela Administração. Aceitar tal proposta é cancelar a ineficiência administrativa.

### 3.4. Restrições de Mídia e Risco Operacional

A documentação da HP é explícita ao listar as limitações do "High Speed Mode". Ele suporta apenas **"Plain Mode"** (Papel Comum).

*"Supported conditions for HP High Speed mode: Plain mode... This feature does not support paper that is longer than A4-size or light, heavy, or narrow paper."*

O TRE-BA, por sua natureza, lida com diversos tipos de documentos, incluindo etiquetas, cartões de confirmação, envelopes e papéis de gramatura variada.

1. Se um servidor enviar um trabalho em papel timbrado mais espesso ou etiqueta, a impressora **não poderá usar o High Speed Mode**.
2. Ela reverterá automaticamente para a velocidade padrão de **43 ppm**.
3. Neste momento, a máquina estará operando em **desconformidade flagrante** com o requisito de "mínimo de 48 ppm".

Portanto, a proposta da Simpress entrega um equipamento que é "intermitentemente compatível", dependendo do tipo de papel. O Edital não

solicitou uma máquina que "às vezes pode atingir 48 ppm"; solicitou uma máquina de 48 ppm NO MINIMO e não MAXIMO.

### 3.5. Jurisprudência do TCU sobre "Modo Rascunho" e Velocidade Nominal

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado de que as especificações de velocidade devem ser atendidas em modos de qualidade padrão (Normal/Best), e não em modos de rascunho ou configurações precárias que visam apenas "burlar" o cronômetro.

No **Acórdão 756/2017-Plenário**, o TCU debateu a questão da velocidade mínima. O Relator destacou que a exigência de velocidade visa garantir a agilidade do processo e reduzir o tempo de espera do usuário. Aceitar um equipamento que, para atingir a velocidade, degrada a fixação do toner (implícito no aumento de velocidade sem redimensionamento do fusor) ou restringe o uso de papel, fere a finalidade da licitação.

#### 4. DA ANÁLISE TÉCNICA: VIOLAÇÃO DAS REGRAS DE ACESSIBILIDADE (TODOS OS ITENS)

Se a questão da velocidade já é suficiente para desclassificar o Item 1, a violação das regras de acessibilidade contamina **toda a proposta (Itens 1, 2 e 3)**.

O Edital, em consonância com a **Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015)** e com a Resolução CNJ n.º 401/2021, exige que os equipamentos sejam acessíveis. A acessibilidade em impressoras multifuncionais (MFPs) não é meramente software (leitor de tela); ela exige **interfaces físicas táteis** para que pessoas com deficiência visual ou motora possam operar o equipamento com autonomia (iniciar cópia, cancelar, digitar senhas).

Nesse sentido, o item 4.1 do edital do Termo de Referencia é claro quanto a exigência de **Interface de usuário acessível:**

f) Interface de usuário acessível: Painel de controle tátil, **botões em alto-relevo**, feedback sonoro e softwares compatíveis com leitores de tela;

#### 4.1. A "Interface de Vidro" e a Exclusão Digital

Os equipamentos ofertados pela Simpress pertencem à linha HP Enterprise com firmware "FutureSmart", caracterizada pelo uso de telas sensíveis ao toque (touchscreen) amplas e pela remoção de teclados físicos numéricos e botões de função no painel padrão.

- **Item 1 (HP E52645c):** Possui tela de 8.0 polegadas. Embora o modelo "c" (Flow) tenha um teclado retrátil tipo alfa-numérico para *digitação de dados* (QWERTY), manuais indicam que o comando de "Iniciar Cópia" (Start), Cancelar, escolher funções de uso, são apenas ícones na tela touch, sem relevo e sem tecla física, abaixo trazemos print "aumentado" do teclado alfa numérico e painel.



- **Item 2 (HP E87760z):** Possui tela de 10.1 polegadas. A operação padrão é inteiramente via toque em superfície lisa (vidro). Não há botões físicos de "Start", "Stop" ou "Cancel" identificáveis pelo tato no painel padrão.

Assim como o equipamento Item 1, o modelo E87760Z também possui teclado alfa numérico, sem qualquer tecla de acesso aos recursos, funcionalidades, apenas

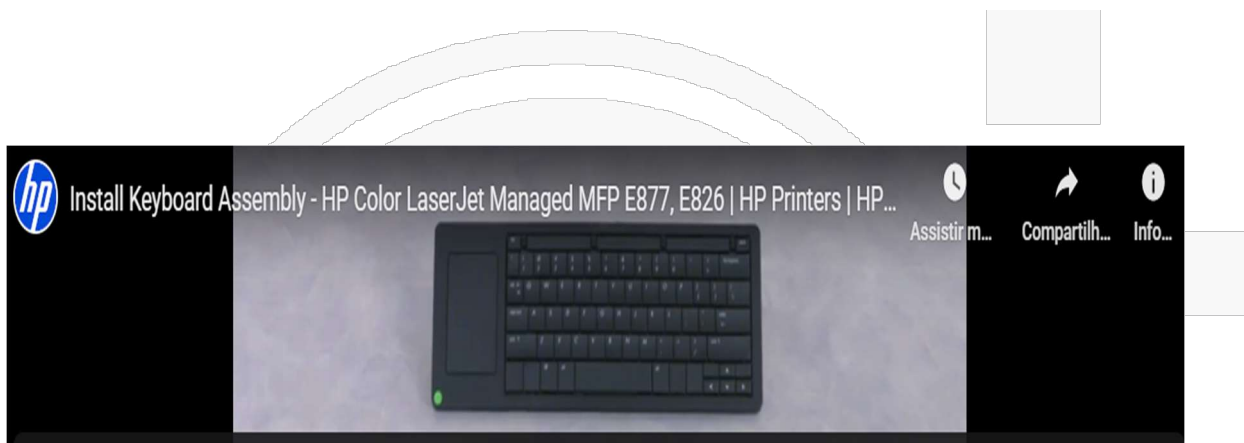
**Matriz:** Avenida Tucunará, nº 550 – Mezanino M2B - Tamboré - Barueri/SP - CEP: 06460-020  
**Filial DF:** SCS Setor Comercial Sul Quadra 08 – Bloco B – nº 50 – Sala 444 – Brasília / DF – CEP: 70333-900  
**Filial ES:** Rua José Alexandre Buaiz, nº 160 - Sala 513 - Ed. London O.T - Enseada do Suá - Vitória/ES - CEP: 29050  
**Filial MG:** Rua Engenheiro Aluísio Rocha, nº 75 – Buritis – Belo Horizonte / MG – CEP: 30575-260  
**Filial RJ:** Av. Presidente Antônio Carlos, nº 607A – Ap. 801 – Centro – Rio de Janeiro / RJ – CEP: 20020-010

☎ Fone / Fax: (11) 2103-4555  
 ☎ Fone / Fax: (61) 3225-0270  
 ☎ Fone / Fax: (27) 3019-2211  
 ☎ Fone / Fax: (31) 3314-5000  
 ☎ Fone / Fax: (21) 2262-6921

Contato: [amc@amcinformatica.com.br](mailto:amc@amcinformatica.com.br)

teclas de números e letras para inserção de palavras, caminhos, etc, mas não para escolha, início, pausa e cancelamento de serviços.

O teclado alfa numérico poderá ser facilmente visto através da imagem abaixo e disponível através do link de “montagem do teclado disponibilizado pelo próprio fabricante:



[https://youtu.be/SKM84g50LnM?si=M4gsPv1zTwae\\_Emx](https://youtu.be/SKM84g50LnM?si=M4gsPv1zTwae_Emx)

- **Item 3 (HP E50145dn):** Possui tela de 4.3 polegadas. O manual descreve o uso de gestos "swipe" e "touch", confirmando a ausência de qualquer teclado numérico físico e botões de operação essenciais no chassi, inclusive de Liga e Desliga que não possui se quer alto relevo.

Para um servidor cego ou com baixa visão, uma tela de vidro é uma barreira intransponível. Sem botões físicos ou uma máscara tátil, ele não consegue localizar o botão "Copiar" ou "Cancelar", na verdade **tampouco ligá-lo!!!!**



## 4.2. Violação da Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Com grande propriedade, a **Lei n.º 13.146/2015 (LBI)** em seu Art. 3º, inciso II, estabelece o "desenho universal" em produtos e serviços.

**Matriz:** Avenida Tucunaré, nº 550 – Mezanino M2B - Tamboré - Barueri/SP - CEP: 06460-020  
**Filial DF:** SCS Setor Comercial Sul Quadra 08 – Bloco B – nº 50 – Sala 444 – Brasília / DF – CEP: 70333-900  
**Filial ES:** Rua José Alexandre Buaiz, nº 160 - Sala 513 - Ed. London O.T - Enseada do Suá - Vitória/ES - CEP: 29050  
**Filial MG:** Rua Engenheiro Aluísio Rocha, nº 75 – Buritis – Belo Horizonte / MG – CEP: 30575-260  
**Filial RJ:** Av. Presidente Antônio Carlos, nº 607A – Ap. 801 – Centro – Rio de Janeiro / RJ – CEP: 20020-010

☎ Fone / Fax: (11) 2103-4555  
 ☎ Fone / Fax: (61) 3225-0270  
 ☎ Fone / Fax: (27) 3019-2211  
 ☎ Fone / Fax: (31) 3314-5000  
 ☎ Fone / Fax: (21) 2262-6921

Contato: [amc@amcinformatica.com.br](mailto:amc@amcinformatica.com.br)



*"Art. 3º [...] II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;"*

Quando o desenho universal não é nativo (como no caso das telas touch), a **tecnologia assistiva** torna-se mandatória. Aceitar uma proposta que ignora essa obrigação é expor o TRE-BA a denúncias perante o Ministério Público e o TCU por violação de direitos fundamentais.

Assim, os 3 modelos ofertados pela Simpress deixaram de cumprir claramente e de forma irreparável a exigência prevista na **Letra "f"** do referido item 4.1 do Anexo I, quanto possui **BOTÕES EM ALTO RELEVO**, tornando a Interface de usuário **INACESSIVEL!!!!**

f) Interface de usuário acessível: Painel de controle tátil, botões em alto-relevo, feedback sonoro e softwares compatíveis com leitores de tela;

## 5. TABELA COMPARATIVA DE DESCONFORMIDADES

Para facilitar a visualização por Vossa Senhoria, consolidamos as falhas técnicas detectadas:

Requisito do Edital / Norma	Proposta Simples (Equipamento Real)	Status	Fundamentação
1) Velocidade Mínima (Item 43 ppm)	(Modo Padrão ISO) / 50 ppm (Apenas em Modo High Speed)	NÃO ATENDE	Manual HP <sup>2</sup>  Violação Art. 59, I, Lei 14.133
Impressão Duplex Eficiente	34 ipm (Queda de 32% no desempenho)	NÃO ATENDE	Manual HP

Requisito do Edital / Norma	Proposta Simples (Equipamento Real)	Status	Fundamento
(Sustentabilidade/Eficiência)	ao usar High Speed)		Princípio da Eficiência
Suporte a Mídias (Item 1)	"High Speed Mode" não suporta papel pesado, leve ou estreito.	<b>NÃO ATENDE</b>	HP Support  Risco Operacional
Acessibilidade (Todos Itens)	Interface Touchscreen lisa (Vidro).	<b>NÃO ATENDE</b>	Lei 13.146/2015
Interface Tátil / Braille			

Requisito do Edital / Norma	Proposta Simpress (Equipamento Real)	Status	Fundamento
	Ausência de botões físicos de operação.		Declaração Simpress

## 6. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Diante de todo o exposto, restando comprovado que a proposta da empresa **SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.** contém vícios técnicos insanáveis que afrontam diretamente as especificações do Edital e a legislação federal vigente, a **AMC INFORMÁTICA LTDA.** requer:

- O CONHECIMENTO** do presente Recurso Administrativo, por ser tempestivo e preencher os pressupostos de admissibilidade;
- A DESCLASSIFICAÇÃO** da proposta da empresa **SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.** para os Itens 1, 2 e 3, com

**Matriz:** Avenida Tucunaré, nº 550 – Mezanino M2B - Tamboré - Barueri/SP - CEP: 06460-020  
**Filial DF:** SCS Setor Comercial Sul Quadra 08 – Bloco B – nº 50 – Sala 444 – Brasília / DF – CEP: 70333-900  
**Filial ES:** Rua José Alexandre Buaiz, nº 160 - Sala 513 - Ed. London O.T - Enseada do Suá - Vitória/ES - CEP: 29050  
**Filial MG:** Rua Engenheiro Aluísio Rocha, nº 75 – Buritis – Belo Horizonte / MG – CEP: 30575-260  
**Filial RJ:** Av. Presidente Antônio Carlos, nº 607A – Ap. 801 – Centro – Rio de Janeiro / RJ – CEP: 20020-010

Fone / Fax: (11) 2103-4555  
 Fone / Fax: (61) 3225-0270  
 Fone / Fax: (27) 3019-2211  
 Fone / Fax: (31) 3314-5000  
 Fone / Fax: (21) 2262-6921

Contato: [amc@amcinformatica.com.br](mailto:amc@amcinformatica.com.br)

fundamento no **Art. 59, incisos I e II, da Lei n.º 14.133/2021**, em razão do não atendimento à velocidade nominal mínima (Item 1) e às exigências legais de acessibilidade (Todos os Itens);

3. **A CONVOCAÇÃO** da Recorrente, **AMC INFORMÁTICA LTDA.**, subsequente na ordem de classificação, para apresentação de sua proposta e documentação, a qual desde já afirma atender integralmente a todos os requisitos do instrumento convocatório, com equipamentos de velocidade nativa superior a 48 ppm e plena aderência às normas de acessibilidade.

Nestes termos, confiante no elevado senso de justiça e técnica que norteia as decisões deste Tribunal,

Pede e espera deferimento.

Salvador - BA, 23 de dezembro de 2025.

AMC INFORMÁTICA LTDA.

ALCIDES MOREIRA CARDOSO

Diretor Presidente

## RELATÓRIO TÉCNICO COMPLEMENTAR: ANÁLISE PROFUNDA DA ENGENHARIA DOS EQUIPAMENTOS OFERTADOS

*(Este documento anexo integra as razões recursais, fornecendo o embasamento técnico detalhado para a decisão do Pregoeiro)*






### 1. INTRODUÇÃO

Este relatório técnico tem por objetivo dissecar as especificações de engenharia dos equipamentos **HP LaserJet Managed MFP E52645c**, **HP Color LaserJet Managed MFP E87760z** e **HP LaserJet Managed E50145dn**, ofertados pela licitante Simpress no Pregão Eletrônico 90027/2025 do TRE-BA. A análise foca em dois vetores críticos de desconformidade: (1) a manipulação de métricas de velocidade via firmware e (2) a exclusão de usuários com deficiência através de interfaces exclusivamente visuais/táteis sem feedback.

### 2. ANÁLISE DETALHADA DO VÍCIO DE VELOCIDADE (ITEM 1: HP E52645c)

A controvérsia central do Item 1 reside na distinção entre **Velocidade Nominal do Motor (Engine Speed)** e **Velocidade Forçada (Overclocked Speed)**.

**Matriz:** Avenida Tucunaré, nº 550 – Mezanino M2B - Tamboré - Barueri/SP - CEP: 06460-020  
**Filial DF:** SCS Setor Comercial Sul Quadra 08 – Bloco B – nº 50 – Sala 444 – Brasília / DF – CEP: 70333-900  
**Filial ES:** Rua José Alexandre Buaiz, nº 160 - Sala 513 - Ed. London O.T - Enseada do Suá - Vitória/ES - CEP: 29050  
**Filial MG:** Rua Engenheiro Aluísio Rocha, nº 75 – Buritis – Belo Horizonte / MG – CEP: 30575-260  
**Filial RJ:** Av. Presidente Antônio Carlos, nº 607A – Ap. 801 – Centro – Rio de Janeiro / RJ – CEP: 20020-010

 Fone / Fax: (11) 2103-4555  
 Fone / Fax: (61) 3225-0270  
 Fone / Fax: (27) 3019-2211  
 Fone / Fax: (31) 3314-5000  
 Fone / Fax: (21) 2262-6921

Contato: [amc@amcinformatica.com.br](mailto:amc@amcinformatica.com.br)

## 2.1. A Engenharia do "High Speed Mode"

O equipamento HP E52645c foi projetado pela engenharia da HP como uma máquina de **43 ppm** (páginas por minuto) em formato A4. Esta é a velocidade na qual o ciclo de fusão (aquecimento do toner) e o transporte de papel operam com margens de segurança ideais para a durabilidade dos componentes e qualidade de imagem.

O "High Speed Mode" (Modo de Alta Velocidade), citado nos manuais, é um recurso de firmware que acelera o tracionamento do papel. No entanto, em impressoras a laser, a velocidade é limitada pela termodinâmica do **Fusor**. Se o papel passar rápido demais, o toner não funde corretamente. Para compensar, o modo High Speed sacrifica a flexibilidade térmica.

## 2.2. O Colapso da Performance no Duplex

A evidência mais danosa contra a proposta da Simpress é o comportamento da máquina em modo Duplex.

- **A Física do Problema:** Ao imprimir frente e verso, a folha deve ser invertida e reinserida no trajeto do papel. Em uma máquina nativa de 50 ppm, o *duplexer* é mecanicamente sincronizado para essa velocidade. Na



E52645c, o motor foi "acelerado" para 50 ppm (simplex), mas a unidade de reversão não acompanha esse ritmo sem risco de atolamento ou falha de fusão.

- **O Resultado:** O firmware, deliberadamente, reduz a velocidade quando o duplex é acionado para garantir a integridade do processo.
- **Os Dados:** As especificações oficiais mostram que, enquanto a velocidade simplex vai a 50 ppm (High Speed), a velocidade duplex cai para **34 ipm**.
- **A Conclusão:** O TRE-BA, ao exigir 48 ppm, espera uma máquina robusta. Receber uma máquina que imprime a 34 ipm no modo padrão de sustentabilidade (duplex) é aceitar uma perda de produtividade de quase **30%** em relação ao que se espera de uma máquina genuína da classe de 48-50 ppm.

### 2.3. Incompatibilidade com Papéis Especiais

O manual da HP 5 adverte: "This feature does not support... light, heavy, or narrow paper" (Este recurso não suporta papel leve, pesado ou estreito).

Isso significa que a "solução" da Simpress para atender ao edital é frágil. Basta a inserção de um papel de gramatura 120g (capas de processos, certificados) para que a máquina reverta para 43 ppm, tornando-se, ipso facto,

desconforme com o edital. A Administração não pode depender de um equipamento que escolhe quando obedecerá ao edital.

### 3. ANÁLISE PROFUNDA DA ACESSIBILIDADE (ITENS 1, 2 E 3)

A acessibilidade digital e física é um mandamento constitucional. A análise dos painéis de controle ("Control Panels") dos equipamentos ofertados revela uma barreira de design.

#### 3.1. A Hegemonia do Touchscreen e a Exclusão

Os modelos ofertados pertencem à geração "FutureSmart" da HP, que mimetiza a experiência de tablets.






- **HP E87760z:** Tela de 10.1 polegadas..
- **HP E50145dn:** Tela de 4.3 polegadas..

Em ambos os casos, a superfície é lisa. Não há relevo. Para um usuário cego, o painel é uma "caixa preta" silenciosa. Ele não sabe onde tocar para iniciar uma cópia de emergência ou cancelar uma impressão errada e até mesmo LIGAR O EQUIPAMENTO

### 4. CONCLUSÃO TÉCNICA

A proposta da Simpress fundamenta-se em equipamentos que:

**Matriz:** Avenida Tucunaré, nº 550 – Mezanino M2B - Tamboré - Barueri/SP - CEP: 06460-020  
**Filial DF:** SCS Setor Comercial Sul Quadra 08 – Bloco B – nº 50 – Sala 444 – Brasília / DF – CEP: 70333-900  
**Filial ES:** Rua José Alexandre Buaiz, nº 160 - Sala 513 - Ed. London O.T - Enseada do Suá - Vitória/ES - CEP: 29050  
**Filial MG:** Rua Engenheiro Aluísio Rocha, nº 75 – Buritis – Belo Horizonte / MG – CEP: 30575-260  
**Filial RJ:** Av. Presidente Antônio Carlos, nº 607A – Ap. 801 – Centro – Rio de Janeiro / RJ – CEP: 20020-010

 Fone / Fax: (11) 2103-4555  
 Fone / Fax: (61) 3225-0270  
 Fone / Fax: (27) 3019-2211  
 Fone / Fax: (31) 3314-5000  
 Fone / Fax: (21) 2262-6921

Contato: [amc@amcinformatica.com.br](mailto:amc@amcinformatica.com.br)

1. **Simulam** a velocidade exigida (Item 1) através de um modo de operação restritivo (High Speed), que falha em manter a performance em tarefas críticas (duplex) e em mídias variadas.

2. **Ignoram** a usabilidade por Pessoas com Deficiência, ao não incluir os kits de adaptação física indispensáveis para a operação tátil.

Tais falhas caracterizam o objeto ofertado como **distinto e inferior** ao objeto licitado, impondo a desclassificação imediata sob pena de nulidade do certame.

Alcides Moreira Cardoso

Diretor Presidente

AMC Informática Ltda

Zimbra


092449090531@tre-ba.jus.br

**Re: RECURSO PREGÃO IMPRESSÃO COORPORATIVA**

**De :** Seção de Equipamentos de Informática  
<sequip@tre-ba.jus.br>

sex., 26 de dez. de 2025 09:42

**Assunto :** Re: RECURSO PREGÃO IMPRESSÃO  
COORPORATIVA

 1 anexo

**Para :** Milena Austregésilo Herêda <mahereda@tre-ba.jus.br>

**Cc :** Seção de Equipamentos de Informática  
<sequip@tre-ba.jus.br>, sti-gab <sti-gab@treba.jus.br>, selic <selic@tre-ba.jus.br>

Prezada Pregoeira,

Em atenção às razões de recurso interpostas pela empresa AMC no âmbito do Pregão Eletrônico para contratação de serviços de impressão corporativa, referente ao Processo SEI nº 0016631-57.2025.6.05.8000, apresento os esclarecimentos técnicos a seguir, relativos às supostas desconformidades apontadas.

### **1. Da alegação de simulação da velocidade de impressão por meio de modo restritivo ("High Speed")**

A recorrente sustenta que os equipamentos ofertados atenderiam à velocidade mínima exigida apenas mediante a utilização de um modo de operação denominado High Speed, o qual, segundo alega, não manteria a performance em cenários críticos, tais como impressão duplex e uso de mídias variadas.

Entretanto, tal alegação não encontra respaldo no Edital, tampouco configura desconformidade técnica, pelos seguintes fundamentos:

a) O Edital não impõe restrições quanto à tecnologia, modo de operação ou arquitetura interna utilizada pelos equipamentos, limitando-se a estabelecer parâmetros objetivos de desempenho mínimo, notadamente a velocidade de impressão.

b) Não há, no instrumento convocatório, exigência de que a velocidade mínima seja aferida em modo duplex, tampouco sob condições específicas de mídia, cabendo ao licitante assegurar que o equipamento atenda à velocidade mínima estabelecida para impressão em papel A4, conforme expressamente definido.

c) As exigências editalícias de velocidade são claras e objetivas, conforme transcrição abaixo:

Item 01: Velocidade de impressão no papel A4: 48 ppm (mínima);  
Item 02: Velocidade de impressão P&B no papel A4: 48 ppm (mínima);  
Item 03: Velocidade de impressão no papel A4: 35 ppm (mínima).

d) A documentação técnica apresentada pelo licitante comprova que os equipamentos ofertados atingem ou superam as velocidades mínimas exigidas, não havendo previsão editalícia que impeça o atendimento por meio de configurações nativas do fabricante.

Dessa forma, não se verifica qualquer incompatibilidade técnica entre as exigências do Edital e as características dos equipamentos ofertados, sendo indevida a interpretação restritiva pretendida pela recorrente, sob pena de violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da competitividade.

## **2. Da alegação de inobservância à usabilidade por Pessoas com Deficiência (PcD)**

No que se refere à segunda desconformidade apontada, a empresa AMC sustenta que os equipamentos ofertados não atenderiam aos requisitos de acessibilidade, por não incluírem, de forma imediata, kits de adaptação física indispensáveis à operação tátil por Pessoas com Deficiência.

Todavia, tal argumento não procede, pelas razões a seguir expostas:

- a) O Edital não exige o fornecimento pré-instalado de kits de adaptação física, tampouco condiciona a habilitação técnica à apresentação imediata desses acessórios junto aos equipamentos, mas sim o atendimento aos requisitos de acessibilidade, os quais podem ser garantidos por soluções compatíveis, disponibilizadas sob demanda, conforme a necessidade da Administração.
- b) Os equipamentos ofertados possuem interfaces compatíveis com recursos de acessibilidade, tais como painéis digitais, possibilidade de ajustes de contraste, uso de softwares embarcados e integração com soluções assistivas disponibilizadas pelos fabricantes, atendendo às boas práticas de acessibilidade previstas na legislação vigente.
- c) Ressalte-se que, no contexto de contratos de outsourcing de impressão, é prática consolidada que adaptações específicas para atendimento a PcD sejam providas conforme a real demanda, evitando-se a aquisição indiscriminada de acessórios que podem não ser utilizados, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade.
- d) Ademais, eventual necessidade de adaptação física adicional pode ser suprida no curso da execução contratual, sem prejuízo ao atendimento dos usuários, desde que respeitados os parâmetros contratuais e normativos aplicáveis, não configurando, portanto, falha ou desconformidade técnica na fase de julgamento da proposta.

Assim, não há violação às exigências de acessibilidade, tampouco omissão de requisitos essenciais, inexistindo fundamento para a desclassificação da proposta com base nesse argumento.

## **3. Conclusão**

Diante do exposto, conclui-se que as razões recursais apresentadas pela empresa AMC não demonstram qualquer descumprimento às exigências editalícias, seja quanto aos requisitos de desempenho dos equipamentos, seja quanto aos aspectos de acessibilidade.

Dessa forma, mantém-se a regularidade técnica da proposta aceita, recomendando-se o indeferimento do recurso, com a consequente preservação do resultado do certame.

--

Seção de Equipamentos de TI  
<https://tre-ba.cloud4biz.com/sequip@tre-ba.jus.br>

**ILMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA –  
TRE-BA**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90027/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N.º 0016631-57.2025.6.05.8000**

**SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente qualificada no procedimento licitatório, vem, através de seu representante legal, à presença de Vossa Senhoria, tempestivamente, interpor

### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Interposto pela empresa **AMC INFORMÁTICA LTDA.**, contra a decisão de classificou a Simpress como vencedora do certame, após atenta verificação da proposta e documentos enviados.

#### **1. DO RECURSO APRESENTADO.**

A Recorrente **AMC** indevidamente alega que o equipamento ofertado pela SIMPRESS para o Item 1 (Multifuncional Mono A4), HP E52645c, não atende ao requisito de velocidade mínima de 48 ppm em formato A4, estabelecido no edital com base na norma ISO/IEC 24734, por possuir velocidade nativa de apenas 43 ppm, sendo que o alegado uso do recurso “High Speed Mode” não configura atendimento efetivo à exigência, por tratar-se de modo não padrão, restritivo, que compromete funcionalidades do equipamento, reduz de forma significativa o desempenho em impressão duplex.

Ademais, a recorrente evidenciou que os equipamentos indicados (HP E52645c, HP E87760z e HP E50145dn) violam as regras de acessibilidade previstas no edital, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI e na Resolução CNJ nº 401/2021, uma vez que utilizam exclusivamente painéis touchscreen lisos, desprovidos de painel tátil com botões em alto-relevo, feedback sonoro e compatibilidade nativa com leitores de tela para execução das funções essenciais, em descompasso com o conceito de desenho universal e com a obrigatoriedade de adoção

[simpres.com.br](http://simpres.com.br)

de tecnologias assistivas adequadas às pessoas com deficiência.

As alegações da Recorrente não se sustentam tecnicamente. Todas as especificações técnicas exigidas no edital foram atendidas integralmente pelos equipamentos ofertados. As afirmações da Recorrente destoam das características reais dos produtos e ignoram informações oficiais do próprio documento apresentado no recurso.

Cumprido esclarecer, de maneira direta e técnica, que os documentos inicialmente apresentados pela Recorrida não continham o grau de detalhamento ideal, embora refletissem, de forma geral, as características essenciais do equipamento ofertado. À época, foram encaminhados os materiais disponíveis, ainda que não fossem os mais completos para demonstrar, de forma minuciosa, todas as capacidades do modelo proposto.

Agora, em sede de contrarrazões, a Recorrida apresenta laudos oficiais, completos, precisos e tecnicamente validados, elaborados por fonte idônea e alinhados aos padrões internacionalmente aceitos de medição e comprovação de desempenho. Tais laudos demonstram, de forma inequívoca e incontestável, que o equipamento ofertado não apenas atende, mas supera os requisitos técnicos estabelecidos no edital, em conformidade integral com a proposta de preços originalmente apresentada.

Esses documentos, ao contrário das alegações lançadas no recurso, evidenciam que a solução ofertada é plenamente compatível com as especificações exigidas, e que não há qualquer irregularidade, omissão ou divergência capaz de desclassificar a Recorrida. Pelo contrário: a documentação ora anexada demonstra a robustez técnica da proposta e afasta qualquer dúvida remanescente.

Diante disso, revela-se totalmente improcedente a tentativa da Recorrente de construir narrativa dissociada da realidade técnica e documental do processo. A verdade real — princípio basilar do processo administrativo e da atividade licitatória — reforça que a Recorrida sempre atendeu às exigências do edital, sendo legítima e plenamente válida a manutenção da sua habilitação e da conformidade da sua proposta.

[simpres.com.br](http://simpres.com.br)



A Administração deve permanecer fiel à verdade real, à objetividade técnica e ao interesse público, não podendo permitir que recursos produzidos de forma coordenada e com aparência de espontaneidade sejam utilizados para tentar reverter decisões legítimas, devidamente fundamentadas e amparadas por documentação oficial.

Diante disso, impõe-se reconhecer que os recursos apresentados constituem manifestação artificial, repetitiva e orquestrada, com nítida intenção de tumultuar o certame, não merecendo qualquer credibilidade ou acolhimento, especialmente diante da ausência absoluta de elementos técnicos idôneos que sustentem as teses expostas.

### **1.1 High Speed**

Quanto as alegações infundadas de que o equipamento não atende a velocidade requerida em edital de acordo com os esclarecimentos da norma ISO, nos cabe esclarecer que diferente do alegado pela Recorrente, o modo High Speed não se enquadra na categoria de “modos de economia” vedados pelo edital (rascunho/draft/fast), pois:

#### **Não compromete qualidade de impressão:**

Diferente do modo rascunho, que reduz densidade e nitidez para economizar toner, o High Speed mantém a qualidade padrão definida pelo fabricante, preservando legibilidade e contraste.

#### **Está contemplado nos testes normativos ISO/IEC 24734:**

A norma ISO/IEC 24734 mede produtividade real em condições representativas de uso corporativo, incluindo ajustes de velocidade que não alterem a qualidade nominal. O relatório oficial do fabricante demonstra que os resultados com High Speed foram obtidos seguindo rigorosamente o protocolo ISO, com configurações padrão de driver e papel (A4, 75 g/m<sup>2</sup>), sem ativação de modos de economia.

#### **Desempenho nominal sustentado:**

O próprio conceito de “desempenho nominal” abrange recursos nativos que otimizam throughput sem sacrificar qualidade. O High Speed é uma funcionalidade [simpres.com.br](https://simpres.com.br)

homologada pelo fabricante para ambientes corporativos, garantindo maior produtividade sem alterar a resolução ou o padrão de impressão.

### Comprovação documental:

No relatório ISO anexado, o equipamento HP LaserJet Managed Flow MFP E52645c atinge ESAT de 50,6 ipm (A4) e 53,5 ipm (Letter) com High Speed, representando ganho de até **+16%** sobre o modo base, mantendo conformidade com ISO/IEC 24734. Isso confirma que o High Speed é aceito como parte do teste normativo e não como modo “draft”.

Feature Performance Full Report - Feature Printing Mode: 'Office' Feature Performance Test						
Printing Modes Feature Adobe Reader - Office test file (8-page)	Base Printing Mode		Feature Performance			
	FSOT Base	ESAT Base	1 set FSOT (secs)	1 set + 30 sec ESAT (ipm)	FSOT (base) FSOT (feature)	ESAT (feature) ESAT (base)
A5, Landscape Feed, Simplex, Colour						
A5, Portrait Feed, Simplex, Colour						
Legal, Simplex, Colour						
Legal, Duplex, Colour						
A4, 1200 dpi, Simplex, Colour						
Letter, 1200 dpi, Simplex, Colour						
A4, HP High Speed, Simplex, Colour						
Letter, HP High Speed, Simplex, Colour						
A4, General Office, Simplex, Colour						
Letter, General Office, Simplex, Colour						
A5, Landscape Feed, Simplex, B/W	15.76	43.4	11.32	66.0	140%	152%
A5, Portrait Feed, Simplex, B/W	15.76	43.4				
Legal, Simplex, B/W	15.11	45.93				
Legal, Duplex, B/W	15.11	45.93				
A4, 1200 dpi, Simplex, B/W	15.76	43.4				
Letter, 1200 dpi, Simplex, B/W	15.11	45.93				
A4, HP High Speed, Simplex, B/W	15.76	43.4	15.41	50.6	103%	116%
Letter, HP High Speed, Simplex, B/W	15.11	45.93	14.34	53.5	106%	116%
A4, General Office, Simplex, B/W	15.76	43.4				
Letter, General Office, Simplex, B/W	15.11	45.93				

O High Speed não é um artifício para mascarar desempenho, mas um recurso legítimo, previsto pelo fabricante e validado por norma ISO.

A vedação do edital refere-se a modos que reduzem qualidade (rascunho/draft), o que não ocorre no High Speed.

Não há, em nenhum trecho do edital, qualquer restrição, limitação ou condicionamento adicional quanto à forma, modo ou tipo de relatório técnico produzido sob metodologia reconhecida, especialmente quando se trata de padrões internacionais consolidados.

[simpres.com.br](http://simpres.com.br)

É importante destacar que as normas ISO representam o padrão técnico mais elevado de certificação de desempenho de equipamentos de impressão, adotado mundialmente como referência por fabricantes, integradores, órgãos públicos e entidades de normalização. Trata-se de metodologia com rigor científico, repetibilidade, neutralidade e validação universal, justamente para evitar subjetivismos, manipulações comerciais ou discrepâncias entre medições. Quando o edital não exclui nem restringe esse tipo de comprovação — e de fato não o faz — presume-se, sob o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que tais medições são plenamente aceitas e adequadas.

Não há, portanto, espaço jurídico para interpretação ampliativa que busque criar obstáculos inexistentes, tampouco para restringir a aceitação de dados obtidos por metodologia ISO com base em considerações pessoais, preferências do recorrente ou alegações desprovidas de fundamento técnico. É vedado ao administrador público inovar nos requisitos de habilitação ou de comprovação técnica sem previsão explícita no edital, conforme consolidado nos princípios da legalidade, isonomia, julgamento objetivo e segurança jurídica.

Ressalte-se ainda que as medições ISO em modo High Speed constituem medição legítima, válida e plenamente alinhada com as diretrizes da norma, refletindo o comportamento real, sustentado e mensurável do equipamento em ambiente corporativo. A operação em modo High Speed não desvirtua a aferição, tampouco configura exceção: trata-se de funcionalidade presente no próprio equipamento e contemplada no protocolo de testes. O intuito da ISO é justamente capturar o desempenho efetivo em diferentes regimes de operação, possibilitando ao órgão avaliar a produtividade real que o equipamento é capaz de entregar em uso contínuo.

Dessa forma, conclui-se de maneira firme e inequívoca que as medições certificadas por metodologia ISO, inclusive em High Speed, devem ser aceitas como comprovação técnica, por refletirem fielmente o desempenho operacional e por estarem plenamente de acordo com as regras editalícias. Desconsiderá-las equivaleria a afastar metodologia internacional, criar requisito não previsto, comprometer o julgamento objetivo e violar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.


No caso em exame, cumpre destacar que o edital em momento algum condicionou o atendimento do requisito de velocidade mínima às diversas mídias ou tipos de papel eventualmente utilizados pelo TRE-BA, tendo se limitado a exigir, de forma objetiva, velocidade mínima de 48 ppm para impressões em formato A4 padrão, em consonância com o método de medição previsto na norma ISO/IEC 24734.

Assim, a interpretação de que a multifuncional deveria necessariamente alcançar tal desempenho em qualquer mídia especial ou de gramatura diferenciada extrapola o conteúdo expresso do instrumento convocatório e desborda do critério técnico adotado, que se pautava justamente na aferição em papel A4 comum, utilizado como referência internacional para a medição de produtividade de equipamentos de impressão.

Em síntese: o High Speed não é rascunho/draft, não reduz qualidade e está validado pela ISO como parte do teste normativo. Ignorar essa seção do relatório compromete a avaliação técnica e fere o princípio da vinculação ao edital, que exige aferição conforme padrões internacionais, sem excluir recursos legítimos que refletem o desempenho real do equipamento.

## 1.2 DA ACESSIBILIDADE

Os equipamentos ofertados atendem plenamente às exigências do edital quanto à acessibilidade, considerando que a HP disponibiliza soluções homologadas que garantem conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão e com a Resolução CNJ nº 401/2021. Embora os modelos da linha HP Enterprise utilizem painéis touchscreen como padrão, isso não significa ausência de acessibilidade. O fabricante oferece recursos nativos e complementares que asseguram operação por pessoas com deficiência, sem necessidade de adaptações improvisadas.



HP Printing Voice Assistant	HP Accessibility Kit	HP LJ Workflow Keyboard <sup>2</sup> / HP LJ Workflow UK Keyboard <sup>3</sup>
478C2A	2TD64A	1M0Q2A/616H2A

[simpres.com.br](http://simpres.com.br)

O edital exige interface acessível (botões táteis, feedback sonoro, compatibilidade com leitores de tela). A linha HP Enterprise oferece kits e soluções homologadas para atender integralmente à LBI e Resolução CNJ 401:

- **HP Accessibility Kit (Part Number 2TD64A):**
  - Inclui adesivos em Braille, etiquetas táteis, alça de acesso e teclado BigKeys LX.
  - Compatível com modelos ofertados (E52645c, E87760z, E50145dn) conforme tabela de compatibilidade do fabricante.
  - Seção 508 e TAA compliant (normas internacionais de acessibilidade).
- **HP Printing Voice Assistant (Part Number 478C2A):**
  - Comandos por voz e suporte a leitores de tela, reforçando acessibilidade digital.
- **HP Workflow Keyboard (Part Number 1M0Q2A):**
  - Teclado físico para interação com MFPs, permitindo operação sem dependência exclusiva do touchscreen.

Entre essas soluções, destaca-se o HP Accessibility Kit (Part Number 2TD64A), composto por adesivos em Braille, etiquetas táteis, alça de acesso e teclado BigKeys LX, permitindo interação física segura e intuitiva. Além disso, o HP Printing Voice Assistant (Part Number 478C2A) possibilita comandos por voz e integração com leitores de tela, garantindo acessibilidade digital. Complementarmente, o HP Workflow Keyboard (Part Number 1M0Q2A) adiciona teclado físico para interação com multifuncionais, eliminando a dependência exclusiva do painel sensível ao toque.

Esses recursos são homologados pelo fabricante, compatíveis com os modelos ofertados (E52645c, E87760z e E50145dn) e atendem às normas internacionais de acessibilidade, como a Seção 508 e TAA. Portanto, a acessibilidade não se limita ao painel original, mas é assegurada por soluções oficiais previstas no portfólio HP, que podem ser fornecidas junto à proposta sem custo adicional ou já integradas ao contrato. Ignorar essas opções seria desconsiderar a capacidade técnica do equipamento e restringir indevidamente a competitividade do certame.

Dessa forma, a proposta apresentada cumpre integralmente os requisitos de acessibilidade previstos no edital, respaldada por soluções certificadas e compatíveis, garantindo operação inclusiva e aderente às normas vigentes.

[simpres.com.br](http://simpres.com.br)

## 2. DO DIREITO.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o ato administrativo que reconheceu a conformidade da proposta apresentada pela empresa Simpress foi proferido em estrita observância aos princípios que regem a Administração Pública — em especial os princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, veracidade dos fatos e legitimidade dos atos administrativos.

Como é cediço, os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, veracidade e legalidade, conforme amplamente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência pátria. Tal presunção impõe à parte interessada em sua desconstituição o ônus de demonstrar, de forma inequívoca e mediante prova robusta, eventual vício ou nulidade.

Nesse sentido, ensina Hely Lopes Meirelles:

“O ato administrativo, enquanto não invalidado pela própria Administração ou pelo Judiciário, goza de presunção de legitimidade e veracidade, impondo-se a sua observância e cumprimento pelos destinatários e agentes públicos, salvo prova em contrário.” (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*, 44. ed., Malheiros, 2018, p. 179).

Ocorre que a Recorrente não apresentou qualquer prova técnica ou documental capaz de demonstrar descumprimento das exigências editalícias por parte da Simpress. Suas alegações são meramente genéricas, hipotéticas e destituídas de amparo fático ou jurídico, revelando-se absolutamente insuficientes para afastar a presunção de legitimidade do ato administrativo impugnado.

Importa destacar que a mera discordância de uma licitante quanto à análise técnica ou às decisões da Administração não tem o condão de invalidá-las, salvo se comprovada, de modo cabal, a existência de ilegalidade ou erro material — o que manifestamente não ocorreu no caso em apreço.

O equipamento ofertado pela Simpress foi devidamente analisado, conferido e validado por este órgão, com base nos critérios e parâmetros técnicos previstos no

[simpres.com.br](http://simpres.com.br)

edital. Não se identificou, em qualquer momento, irregularidade ou inconformidade capaz de justificar a revisão da decisão proferida.

Reconhecer a procedência de um recurso desprovido de lastro probatório implicaria violação direta aos princípios da legalidade e da vinculação ao edital, além de abrir perigoso precedente de instabilidade e insegurança nos certames públicos, permitindo que meras suposições comprometam decisões administrativas válidas e regularmente constituídas.

Deve-se, portanto, zelar pela segurança jurídica — princípio consagrado no art. 37, caput, da Constituição Federal —, assegurando que atos administrativos regularmente praticados e devidamente motivados sejam preservados e respeitados.

A revisão de decisão legítima, fundada em meras conjecturas, fragilizaria a credibilidade do processo licitatório e colocaria em risco a própria finalidade pública do certame.

Vejamos o que dispõe o art. 5º da Lei nº 14.133/2021:

“Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável (...).”

A proposta da Simpress demonstrou aderência integral aos parâmetros técnicos do edital, não havendo espaço, nesta fase recursal, para tentativa de reverter o resultado com base em ilações desprovidas de substrato técnico.

Assim, reafirma-se que a manutenção da decisão administrativa que classificou a Recorrida encontra-se em plena harmonia com o interesse público, fundamento último de toda licitação.

[simpres.com.br](http://simpres.com.br)



Conforme entendimento consolidado, a Administração Pública não deve adotar interpretações restritivas das disposições editalícias ou de normas correlatas, sob pena de frustrar o próprio interesse público e comprometer a finalidade do procedimento.

É oportuno lembrar que o objetivo maior do certame é assegurar à Administração o melhor serviço pelo menor preço possível, de modo a garantir a supremacia do interesse coletivo.

Nesse sentido, leciona Marçal Justen Filho:

“A licitação envolve a prática de uma série ordenada de atos jurídicos (procedimento) que permita aos particulares interessados apresentarem-se perante a Administração, competindo entre si em condições de igualdade. O ideal vislumbrado pelo legislador é, por via da licitação, conduzir a Administração a realizar o melhor contrato possível: obter a maior qualidade, pagando o menor preço. Rigorosamente, trata-se de desdobramento do princípio mais básico e fundamental que orienta a atividade administrativa do Estado: o princípio da República.”

Portanto, considerando que a Recorrida atendeu integralmente às exigências do edital, e que o ato administrativo que reconheceu sua proposta foi regular, motivado e legítimo, impõe-se a manutenção integral da decisão que a classificou.

Todos os procedimentos legais foram rigorosamente observados, com a devida publicidade e registro em ata. O ilustre Pregoeiro atuou em perfeita consonância com os princípios da Administração Pública, reconhecendo, com acerto, que o equipamento modelo HP LaserJet Enterprise Flow MFP E52645c atende a todos os requisitos do edital.

Diante do exposto, não há qualquer fundamento jurídico ou fático que autorize a modificação da decisão administrativa, devendo o presente recurso ser integralmente desprovido.

Como é de conhecimento comum, o objetivo central de qualquer procedimento licitatório é assegurar a contratação do melhor serviço pelo preço mais vantajoso. O próprio preâmbulo do Instrumento Convocatório evidencia essa diretriz, como se verifica de simples leitura do documento.

Conforme já demonstrado, a proposta da Recorrida atende integralmente à finalidade da licitação, apresentando elementos suficientes para o atendimento técnico do objeto contratado.

Dessa forma, evidencia-se mais um fundamento sólido para a manutenção da decisão que declarou a Recorrida vencedora, pois tal manutenção converge diretamente com o interesse público.

É igualmente pacífico que a Administração Pública não pode dar interpretação restritiva a itens editalícios ou comandos legais aplicáveis ao certame, sob pena de contrariar o próprio interesse público que deve orientar todo o procedimento.

Cumprido recordar, ainda, que a finalidade maior da licitação é permitir à Administração a obtenção do melhor serviço pelo menor preço possível. Esse entendimento decorre diretamente do princípio da República, conforme leciona Marçal Justen Filho, para quem a licitação visa conduzir a Administração à celebração do melhor contrato, “obtendo a maior qualidade pagando o menor preço”, em observância ao princípio republicano que orienta a atividade administrativa.

Da mesma forma, como reiteradamente afirmado pela doutrina, o interesse público deve nortear as decisões administrativas em todas as etapas do procedimento. No caso concreto, seria frontalmente violado esse princípio se esta Comissão desclassificasse a Recorrida com base em alegações infundadas — sobretudo considerando tratar-se ainda de fase de classificação.

Nessa linha, DI PIETRO registra que o princípio da razoabilidade autoriza relevar pequenas irregularidades que não impedem a Comissão de verificar o atendimento dos requisitos de habilitação ou classificação, podendo, inclusive, serem supridas por outros elementos constantes da própria documentação ou da proposta.

Esse entendimento é igualmente reforçado por Marçal Justen Filho, ao esclarecer que vícios formais — ainda que existentes — podem ser superados quando

[simpres.com.br](http://simpres.com.br)

não acarretem prejuízo ao interesse público ou aos demais licitantes, pois não há lesão simplesmente pelo fato de um concorrente ter sido derrotado.

### 3. DOS PEDIDOS FINAIS

Diante de todo o exposto, requer a SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. que Vossa Senhoria se digne a:

a) Conhecer, porém **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto pela empresa AMC INFORMÁTICA LTDA., reconhecendo sua manifesta improcedência técnica e jurídica;

b) Manter integralmente a decisão que classificou a proposta da SIMPRESS como vencedora do Pregão Eletrônico nº 90027/2025, por absoluta conformidade com as exigências editalícias, com a documentação apresentada e com os laudos oficiais juntados em sede de contrarrazões;

c) Desconsiderar integralmente as alegações da Recorrente, por se tratarem de fundamentos genéricos, incompletos, descontextualizados e incapazes de afastar a presunção de legitimidade do ato administrativo já praticado;

d) Determinar o imediato prosseguimento do certame, preservando-se a segurança jurídica, a objetividade do julgamento, o interesse público e a estabilidade das decisões administrativas regularmente constituídas;

Por fim, renova a Recorrida seu compromisso com a lisura do procedimento, com a veracidade técnica das informações apresentadas e com o estrito cumprimento das regras editalícias, reiterando que todos os requisitos do edital foram atendidos e comprovados mediante documentação oficial, completa e idônea.

Termos em que,

Pede deferimento.

**Felipe Bezerra**  
**OAB/SP 484.675**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA/NUP

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90027/2025

**PROCESSO SEI N.º 0016631-57.2025.6.05.8000**

**ASSUNTO:** Análise de recurso interposto no Pregão Eletrônico n.º 90027/2025

**RECORRENTE:** AMC INFORMÁTICA LTDA.

#### I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo (doc. 3658286) interposto tempestivamente através do Sistema Compra.gov.br pela empresa AMC INFORMÁTICA LTDA. contra a decisão desta Pregoeira que classificou e declarou vencedora do certame a empresa SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Alega a recorrente, em síntese, que os equipamentos ofertados pela recorrida não atendem aos requisitos objetivos de desempenho (velocidade nominal) e acessibilidade (Lei Brasileira de Inclusão) exigidos pelo Edital e pela legislação vigente, conforme informações extraídas dos manuais da fabricante HP Inc.

Em contrarrazões apresentadas no prazo legal por meio do sistema Compras.gov.br (doc. 3661548), a recorrida aduz que não há sustentação técnica nas alegações da recorrente, e que o equipamento ofertado não apenas atende, mas supera os requisitos técnicos estabelecidos no edital, estando em conformidade integral com a proposta de preços originalmente apresentada.

#### II - ANÁLISE DO RECURSO

A controvérsia reside nos catálogos das impressoras (doc. 3658283) apresentados junto com a proposta da recorrida (doc. 3657356), asseverando a recorrente que o equipamento ofertado pela SIMPRESS para o Item 1 (Multifuncional Mono A4), HP E52645c, não atende ao requisito de velocidade mínima de 48 ppm em formato A4, estabelecido no edital com base na norma ISO/IEC 24734, por possuir velocidade nativa de apenas 43 ppm, sendo que o alegado uso do recurso "High Speed Mode" não configura atendimento efetivo à exigência, por se tratar de modo não padrão, restritivo, que compromete funcionalidades do equipamento, reduz de forma significativa o desempenho em impressão duplex.

Sustenta, ainda, que os equipamentos indicados (HP E52645c, HP E87760z e HP E50145dn) violam as regras de acessibilidade previstas no edital, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI e na Resolução CNJ nº 401/2021, uma vez que utilizam exclusivamente painéis *touchscreen* lisos, desprovidos de painel tátil com botões em alto-relevo, *feedback* sonoro e compatibilidade nativa com leitores de tela para execução das funções essenciais, em descompasso com o conceito de desenho universal e com a obrigatoriedade de adoção.

Nas contrarrazões, esclarece a recorrida que os documentos inicialmente apresentados por ela não continham o grau de detalhamento ideal, embora refletissem, de forma geral, as características essenciais do equipamento ofertado. Em seguida, apresenta as comprovações técnicas de atendimento ao Edital, tanto em relação à velocidade quanto ao atendimento do critério de acessibilidade, uma vez que o fabricante oferece recursos nativos e complementares que asseguram operação por pessoas com deficiência.

Ouvida a área técnica (doc. 3661545), foi confirmado o atendimento às especificações técnicas, conforme a seguir transcrito:

Em atenção às razões de recurso interpostas pela empresa AMC no âmbito do Pregão Eletrônico para contratação de serviços de impressão corporativa, referente ao Processo SEI nº 0016631-57.2025.6.05.8000, apresento os esclarecimentos técnicos a seguir, relativos às supostas desconformidades apontadas.

##### **1. Da alegação de simulação da velocidade de impressão por meio de modo restritivo ("High Speed")**

A recorrente sustenta que os equipamentos ofertados atenderiam à velocidade mínima exigida apenas mediante a utilização de um modo de operação denominado High Speed, o qual, segundo alega, não manteria a performance em cenários críticos, tais como impressão duplex e uso de mídias variadas.

Entretanto, tal alegação não encontra respaldo no Edital, tampouco configura desconformidade técnica, pelos seguintes fundamentos:

a) O Edital não impõe restrições quanto à tecnologia, modo de operação ou arquitetura interna utilizada pelos equipamentos, limitando-se a estabelecer parâmetros objetivos de desempenho mínimo, notadamente a velocidade de impressão.

b) Não há, no instrumento convocatório, exigência de que a velocidade mínima seja aferida em modo duplex, tampouco sob condições específicas de mídia, cabendo ao licitante assegurar que o

equipamento atenda à velocidade mínima estabelecida para impressão em papel A4, conforme expressamente definido.

c) As exigências editalícias de velocidade são claras e objetivas, conforme transcrição abaixo:

Item 01: Velocidade de impressão no papel A4: 48 ppm (mínima);

Item 02: Velocidade de impressão P&B no papel A4: 48 ppm (mínima);

Item 03: Velocidade de impressão no papel A4: 35 ppm (mínima).

d) A documentação técnica apresentada pelo licitante comprova que os equipamentos ofertados atingem ou superam as velocidades mínimas exigidas, não havendo previsão editalícia que impeça o atendimento por meio de configurações nativas do fabricante.

Dessa forma, não se verifica qualquer incompatibilidade técnica entre as exigências do Edital e as características dos equipamentos ofertados, sendo indevida a interpretação restritiva pretendida pela recorrente, sob pena de violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da competitividade.

## **2. Da alegação de inobservância à usabilidade por Pessoas com Deficiência (PcD)**

No que se refere à segunda desconformidade apontada, a empresa AMC sustenta que os equipamentos ofertados não atenderiam aos requisitos de acessibilidade, por não incluírem, de forma imediata, kits de adaptação física indispensáveis à operação tátil por Pessoas com Deficiência.

Todavia, tal argumento não procede, pelas razões a seguir expostas:

a) O Edital não exige o fornecimento pré-instalado de kits de adaptação física, tampouco condiciona a habilitação técnica à apresentação imediata desses acessórios junto aos equipamentos, mas sim o atendimento aos requisitos de acessibilidade, os quais podem ser garantidos por soluções compatíveis, disponibilizadas sob demanda, conforme a necessidade da Administração.

b) Os equipamentos ofertados possuem interfaces compatíveis com recursos de acessibilidade, tais como painéis digitais, possibilidade de ajustes de contraste, uso de softwares embarcados e integração com soluções assistivas disponibilizadas pelos fabricantes, atendendo às boas práticas de acessibilidade previstas na legislação vigente.

c) Ressalte-se que, no contexto de contratos de outsourcing de impressão, é prática consolidada que adaptações específicas para atendimento a PcD sejam providas conforme a real demanda, evitando-se a aquisição indiscriminada de acessórios que podem não ser utilizados, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade.

d) Ademais, eventual necessidade de adaptação física adicional pode ser suprida no curso da execução contratual, sem prejuízo ao atendimento dos usuários, desde que respeitados os parâmetros contratuais e normativos aplicáveis, não configurando, portanto, falha ou desconformidade técnica na fase de julgamento da proposta.

Assim, não há violação às exigências de acessibilidade, tampouco omissão de requisitos essenciais, inexistindo fundamento para a desclassificação da proposta com base nesse argumento.

## **3. Conclusão**

Diante do exposto, conclui-se que as razões recursais apresentadas pela empresa AMC não demonstram qualquer descumprimento às exigências editalícias, seja quanto aos requisitos de desempenho dos equipamentos, seja quanto aos aspectos de acessibilidade.

Dessa forma, mantém-se a regularidade técnica da proposta aceita, recomendando-se o indeferimento do recurso, com a consequente preservação do resultado do certame.

Observa-se, portanto, que não há dúvidas sobre o atendimento da proposta aos requisitos técnicos detalhados no Termo de Referência (Anexo I do Edital), tendo em vista a documentação apresentada pela recorrida e a minuciosa análise da área técnica, concluindo-se não merecer guarida a irresignação da empresa recorrente.

## **III - CONCLUSÃO**

Do exposto, verificado o atendimento a todos os requisitos técnicos, **deve ser mantida a decisão** desta Pregoeira que declarou a empresa **SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.** vencedora do certame.

Seguem os autos para análise da autoridade superior.

Salvador, em 2 de janeiro de 2026

**Milena Herêda**  
**Pregoeira**



Documento assinado eletronicamente por **Milena Austregésilo Herêda, Analista Judiciário**, em 02/01/2026, às 12:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3661685** e o código CRC **B34D869F**.

0016631-57.2025.6.05.8000

3661685v23



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PARECER nº 5 / 2026 - PRE/DG/ASSED**

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visando à contratação de serviços de outsourcing de impressão, para dar continuidade ao serviço de impressão, digitalização e reprografia existente no Tribunal, abrangendo o fornecimento e instalação de equipamentos com manutenção corretiva, fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários, bem como de todos os suprimentos e materiais de consumo de primeiro uso, não reciclado e não remanufaturado, exceto papel, serviços de assistência técnica, gerenciamento e controle da produção, a fim de atender as unidades do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Zonas Eleitorais do Estado, Centrais de Atendimento ao Público (CAP) e Postos de Atendimentos (SAC e PAE) da Capital e do Interior do Estado, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90027/2025 (documento n.º 3650386).
2. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme registrado na decisão que autorizou a abertura da licitação (documento n.º 3602702).
3. Os pedidos de esclarecimentos apresentados foram respondidos e publicados, documentos n.ºs 3629278 e 3650382.
4. Houve duas impugnações que não foram acolhidas pelo Tribunal (documentos n.ºs 3640474 e 3648096), demandando o adiamento da data prevista para abertura da sessão pública, consoante publicações acostadas (docs. n.ºs 3650397 e 3650401).
5. Registra-se, ainda, designação de Pregoeiro e equipe de apoio, nomeados por meio da Portaria 829/2022 (documento n.º 3626336).
6. O edital foi publicado no sistema Portal de Compras e no DOU e em jornal de grande circulação, bem como republicado devido adiamento (documentos n.ºs 3626350, 3626366, 3661892, 3650397 e 3650401).
7. Da leitura da documentação acostada, observa-se que foram cumpridas as etapas do procedimento previstas no edital. Verifica-se que as ocorrências do pregão foram registradas de forma detalhada pelo Pregoeiro no *chat* no Termo de Julgamento, documento n.º 3657343.
8. Realizada a verificação de conformidade da proposta da licitante vencedora, foram examinados os documentos de habilitação. Na sequência, o item do pregão foi aceito e habilitado à empresa SIMPRESS COMERCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 07.432.517/0001-07.
9. De acordo com consulta ao SICAF e demais documentos anexados, verifica-se que a empresa vencedora não possui impedimentos de licitar (documentos n.ºs 3657359 e 3658282).
10. Aberto o prazo, foi interposto recurso pela empresa AMC INFORMÁTICA LTDA e correspondente contrarrazões foram apresentadas, conforme documentos n.ºs 3658286 e 3661548.
11. Mediante manifestação no documento n.º 3661685, a Pregoeira sustentou seus argumentos pela improcedência do recurso interposto e pela manutenção da habilitação da empresa vencedora SIMPRESS COMERCIO LOCAÇÃO E SERVICOS LTDA.
12. No Parecer n.º 4/2026, documento n.º 3663107, a ASJUR1 opinou de igual modo pelo não acolhimento do recurso impetrado pela empresa AMC INFORMÁTICA LTDA.
13. Assim, com lastro no referido parecer jurídico, o procedimento poderá ser submetido à apreciação do Sr. Diretor-Geral, recomendando-se o indeferimento do recurso e manutenção da decisão da Pregoeira.
14. Observa-se que foram anexados aos autos, o Termo de Julgamento, Relatório de Declarações da licitante,

Documentos de Habilitação da empresa declarada vencedora (docs. n.ºs 3657343, 3657359 e 3658282), a manifestação e Relatório Final do Pregoeiro (docs. n.ºs 3661685 e 3661957).

15. Assim sendo, constata-se a regularidade do procedimento, que se encontra apto ao julgamento do recurso, à adjudicação do objeto e homologação da licitação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração, ato contínuo, adotar as providências para celebração do ajuste com a empresa vencedora, nos termos do art. 90, da Lei n.º 14.133/2021.

16. Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 92, XVI, da Lei n.º 14.133/2021.

À consideração superior.

Juliana Ouro Preto Maciel  
Analista Judiciário

De acordo.  
Ao Diretor-Geral, para apreciação.

**MARIA REGINA SANTANA**  
Assessora Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 08/01/2026, às 07:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Ouro Preto Maciel, Analista Judiciário**, em 09/01/2026, às 07:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3663673** e o código CRC **101D62B4**.



**DECISÃO nº 3663676 / 2026 - PRE/DG/ASSED**

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, visando à contratação de serviços de outsourcing de impressão, para dar continuidade ao serviço de impressão, digitalização e reprografia existente no Tribunal, abrangendo o fornecimento e instalação de equipamentos com manutenção corretiva, fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários, bem como de todos os suprimentos e materiais de consumo de primeiro uso, não reciclado e não remanufaturado, exceto papel, serviços de assistência técnica, gerenciamento e controle da produção, a fim de atender as unidades do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Zonas Eleitorais do Estado, Centrais de Atendimento ao Público (CAP) e Postos de Atendimento (SAC e PAE) da Capital e do Interior do Estado, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90027/2025 (documento n.º 3650386).
2. Realizada a sessão pública, de acordo com as etapas previstas no instrumento convocatório, houve interposição de recurso pela empresa AMC INFORMÁTICA LTDA.
3. Após análise da peça recursal e contrarrazões (documentos n.ºs 3658286 e 3661548), a Pregoeira designada manifestou-se pela improcedência do recurso, conforme manifestação acostada em documento n.º 3661685.
4. Instada a examinar a matéria, a Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos (ASJUR1), se pronunciou mediante Parecer n.º 4/2026 (doc. n.º 3663107), conforme trecho abaixo transcrito:

[...]

5. A Pregoeira, de seu turno, opinou, ao final, pelo não acolhimento do Recurso, nos seguintes termos (doc. n.º 3661685):

[...]

7. Convém esclarecer que no Anexo A do Termo de Referência (doc. n.º 3626318 - fl. 41/44), o qual trata das especificações dos equipamentos, quanto ao **item 1**, não há menção ao modo de impressão. Entendemos, portanto, não haver óbice ao atendimento da exigência na funcionalidade “*High Speed*”, desde que compatível com a velocidade (mínima) de impressão 48 ppm e com a resolução (mínima) de impressão de 1200 x 1200 dpi, conforme especificado, o que foi confirmado pela área técnica.

8. Ademais, cumpre pontuar que os requisitos de acessibilidade não constam das especificações dos **itens 1, 2 e 3**, o assunto é tratado no tópico 4.1, alínea “f” do Termo de Referência (doc. n.º 3626318- fl. 26), parte que trata dos critérios de sustentabilidade a serem atendidos na contratação. Deste modo, a nosso ver, as soluções de adaptação disponibilizadas pela SIMPRES para garantir a interface de usuário acessível nos equipamentos (painel de controle tátil, botões em alto-relevo, “*feedback*” sonoro e softwares compatíveis com leitores de tela), atendem às exigências do certame.

9. Diante de todo o exposto, **opinamos pela rejeição do Recurso impetrado pela empresa AMC INFORMÁTICA LTDA** (doc. n.º 3658286), mantendo-se, consequentemente, a decisão proferida no Pregão Eletrônico n.º 90027/2025, que habilitou e declarou vencedora no certame, para os **itens 1, 2 e 3**, a licitante SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. [...] [grifos adotados]
5. Deste modo, lastreado no parecer n.º 4/2026, exarado pela ASJUR1, o qual acolho e que passa a integrar a presente decisão, com amparo no art. 143, VIII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **nego provimento** ao recurso interposto pela empresa AMC INFORMÁTICA LTDA., mantendo-se, por consequência, a decisão da Pregoeira (doc. n.º 3661685).
6. No mais, considerando a análise de regularidade do pregão realizada pela ASSED (doc. n.º 3663673), com fundamento no art. 71, IV e 90 da Lei n.º 14.133/2021 e nas atribuições do art. 143, V, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **ADJUDICO** o item da licitação à empresa SIMPRESS COMERCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 07.432.517/0001-07, pelo valor total de **R\$ 1.944.907,27** (um milhão, novecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e sete reais e vinte e sete centavos) para o período de 24 meses, e **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico n.º 90027/2025, determinando a convocação da empresa adjudicatária para assinatura do contrato, de acordo com o Termo de Julgamento acostado no documento n.º 3657343.
7. Assim posto, encaminhe-se, simultaneamente:
  - à SOF, para emissão de empenho.
  - à SGA, para formalização do ajuste e demais providências.
  - à STI, para ciência e acompanhamento.

**RAIMUNDO VIEIRA**  
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 08/01/2026, às 08:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3663676** e o código CRC **930339AE**.

0016631-57.2025.6.05.8000

3663676v9